

ASOCIACIÓN URUGUAYA DE HISTORIA ECONÓMICA (AUDHE)

TERCERAS JORNADAS DE HISTORIA ECONÓMICA

Simpósio 21 – Transições para o capitalismo em regiões do Cone Sul – Brasil, Uruguay, Paraguay e Argentina – Século XIX e primeira metade do Século XX

Título do trabalho: **Origens do capital produtivo em região agro-pastoril: formação do setor empresarial da economia de Goiânia**

Autor: *Dulce Portilho Maciel*

Filiação institucional: **Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ**

Introdução

Goiânia foi fundada em 1933, para servir de nova sede ao governo do Estado de Goiás - região Centro-Oeste do Brasil -, em substituição à cidade de Goiás, antiga Vila Boa. Nosso trabalho refere-se aos primeiros 30 anos da história da cidade e fundamenta-se em dados originais, obtidos mediante diferentes expedientes de pesquisa, tomando-se como ponto de partida levantamento realizado nos arquivos da Junta Comercial do Estado de Goiás.

Conduzimos a pesquisa com base na suposição de que o conhecimento a respeito da procedência geográfica dos empresários, bem como das atividades econômicas por eles desempenhadas preliminarmente à ocasião em que investiram em uma dada economia capitalista, constitui-se em elemento-chave para o esclarecimento de questões relativas à acumulação originária do capital, particularmente, *onde* e *como* fora previamente acumulado.

Conforme os dados, a área geográfica de *onde* se originou a maior parte do capital aplicado empresarialmente na economia de Goiânia corresponde ao território do próprio Estado de Goiás, na atualidade. Por outro lado, foi considerável a contribuição que ofereceram à formação daquele capital outras regiões brasileiras, principalmente a Sudeste. No concernente a *como* aquele capital fora acumulado, segundo tais dados, as maiores parcelas de que se formou o capital privado-empresarial da economia goianiense provinham de atividades industriais e comerciais, sobretudo das primeiras.

Este último resultado surpreendeu-nos, em razão do pequeno peso que teve o setor industrial na economia do Estado de Goiás, ao longo do conjunto temporal abrangido na pesquisa. Na ocasião em que, tendo em vista a sua realização, cogitávamos a respeito da questão de *quem*, na sociedade goiana, em termos de segmento sócio-econômico, até pelo menos o início da década de 1960 - quando a sociedade goiana, seguindo a tendência geral no país, passou a sofrer grandes transformações -, teria tido condições de reunir capital sob seu poder em volume suficiente para permitir que destinasse uma parte dele a investimentos empresariais na economia de Goiânia, o grupo formado pelos fazendeiros ocorreu-nos em primeiro lugar.

Isto porque, segundo explica uma boa parte da produção acadêmica acerca da História de Goiás, a capacidade de domínio que teve este grupo sobre a vida política do

Estado, no decorrer das primeiras décadas deste século (se não bem mais), respaldava-se, sobretudo, no poder econômico que detinha. Os dados dos censos econômicos e também outros produzidos pelo IBGE a respeito do Estado reforçam esta tese - a participação da agropecuária na formação da renda interna goiana manteve-se na faixa entre 50% e 60%, ao longo do período em causa neste trabalho. Assim, então, aventamos a hipótese de que uma parcela importante do capital investido empresarialmente em Goiânia provavelmente teria como origem a atividade produtiva rural, atraída que deveria ter sido pelos termos vantajosos à acumulação que a economia urbana da nova cidade podia oferecer.

Ocorreu, no entanto, conforme nossos dados, que a participação de fazendeiros na composição do empresariado goianiense foi pouco considerável, e a contribuição que trouxeram à formação do capital privado da economia da cidade foi ainda menos significativa, em comparação com outros grupos, constituídos de indivíduos pertencentes a categorias ocupacionais diferentes dessa. Procederemos, em seguida, ao exame do conjunto dos resultados obtidos mediante a pesquisa em foco, apresentando, quando o caso, as explicações que encontramos para variadas revelações propiciadas pelos dados coligidos.

1. Empresários segundo a procedência geográfica e o capital

De acordo com os dados reunidos na Tabela 1, a seguir, 90% dos indivíduos que se estabeleceram na condição de homens de negócios em Goiânia, no transcorrer de seus primeiros 30 anos, residiam no Estado de Goiás na ocasião em que se tornaram membros de uma organização empresarial fundada na cidade, sendo que a grande maioria deles - 85% do universo - já se achava vivendo na própria cidade. Conforme a Tabela 2, que vem em seguida, referindo-se ao capital segundo os locais de residência dos investidores, a participação dos que moravam naquele Estado foi de 82% do total investido pelo conjunto compreendido na pesquisa, sendo de 79% a dos que já se encontravam residindo naquela Capital.

Tais números forneciam indicação importante acerca de *onde* uma parcela significativa do capital investido na economia urbana de Goiânia havia sido preliminarmente acumulada. Mas eles não detinham, sozinhos, suficiente poder de convencimento, razão pela qual tiveram de ser confrontados com informações obtidas mediante outras fontes, expediente cujos resultados reforçam sobremaneira a importância desses números, conforme iremos explicar adiante.

Vamos aqui tratar primeiro das referidas tabelas, visto que, além do valor que detêm seus dados como contribuição para o esclarecimento da questão das origens do capital aplicado empresarialmente em Goiânia, forneceram-nos elementos de base empírica para novas reflexões acerca do assunto, servindo também de ponto de partida no desenvolvimento de ulteriores procedimentos de pesquisa a respeito da questão.

Acerca dos dados contidos nessas tabelas, devemos antes esclarecer que o universo nelas tomado em consideração abrange os casos relativos a unidades empresariais organizadas sob a forma de sociedades - por cotas e anônimas - ou de cooperativas, entre 1935 (a partir de quando se fundaram empresas de tais tipos em Goiânia) e 1963, e que tiveram duração igual ou superior a cinco anos. Estão excluídos dele, portanto, os proprietários de empresas do tipo jurídico Individual e os que participaram de organizações cuja duração foi inferior à mencionada. Estão excluídos dele, ainda, os empresários afetos ao comércio varejista.¹

¹Devemos também explicar os procedimentos adotados em relação a organizações com grande número de sócios, geralmente o caso das sociedades anônimas e das cooperativas, mas que, em Goiânia, incluía também

Examinemos, pois, os dados reunidos na Tabela 1, acerca da composição do empresariado goianiense quanto aos locais de residência de seus membros na ocasião em que se estabeleceram na Capital goiana. De acordo com a referida tabela, até 1945 - fase considerada pioneira da história de Goiânia -, 100% dos empresários nela considerados residiam no Estado de Goiás, registrando-se uma diferença curiosa entre os dois períodos aí abrangidos; isto é: entre 1935 e 1940, 45% dos indivíduos que investiram empresarialmente na economia da nova cidade residiam fora dela; já no período seguinte, entre 1940 e 1945, apenas 3% dos novos empresários estabelecidos na Capital moravam em outros municípios goianos. Ao que indicam tais dados, neste último período, a cidade, além das vantajosas oportunidades para investimentos em negócios que já vinha oferecendo desde o início de sua construção, tornara-se também um lugar atraente para se viver, aos olhos dos homens de dinheiro no Estado.

TABELA 1 - Empresários segundo o local de residência e o período de ingresso

Unidades Federadas	35 -40		40 -45		45 -50		50 -55		55 -60		60 -63		TO-TAL	%
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%		
Goiás	11	100	29	100	88	97	202	90	348	88	534	90	1.212	90
Goiânia	6	55	28	97	81	89	192	86	337	85	504	85	1.148	85
Outros Munic.	5	45	1	3	7	8	10	4	11	3	30	5	64	5
Minas Gerais					1	1	10	4	11	3	17	3	39	3
São Paulo					1	1	7	3	22	6	14	2	44	3
Rio De Janeiro					1	1	4	2	8	2	16	3	29	2
D. F. (Brasília)									2	-	7	1	9	1
Outras							1	-	4	1	5	1	10	1
TOTAL	11	100	29	100	91	100	224	100	395	100	593	100	1.343	100

FONTE: Arquivos da Junta Comercial do Estado de Goiás.

NOTA: Abrangidos os casos em que havia as duas informações aqui consideradas: local de residência do empresário e data de ingresso na sociedade

Concorreram para isto, certamente, muitas das medidas que se tomaram para viabilizar a inauguração da nova cidade, ocorrida em 1942, como a conclusão das obras iniciais de urbanização, infraestruturas básicas, prédios residenciais e outras, a melhoria nas condições do abastecimento de gêneros de primeira necessidade à população, a implantação ou regularização da oferta de uma série de serviços de consumo coletivo (ensino, saúde, diversões, etc.), entre vários outros fatores - como, por exemplo, a transferência completa para ela do *staff* político e burocrático estadual, que, em Goiás, representava também a sua elite cultural.

algumas empresas do tipo jurídico Limitada. Em relação a tais unidades, a pesquisa considerou, em primeiro lugar, os três principais sócios fundadores de cada uma delas, tomando-se como critério o valor da parcela com que contribuíram para a formação do capital social dessas empresas _ dificilmente uma organização possuía mais que três sócios majoritários _, ou, quando não era o caso, como em geral ocorria com as cooperativas, os seus três principais dirigentes. Em seguida, nas situações em que as empresas sofreram renovação ou mesmo substituição completa em seu quadro de membros proprietários, a pesquisa incluiu, conforme o caso, até três novos sócios para cada alteração ocorrida. Aqui, devemos lembrar, por outro lado, que as empresas do tipo jurídico Solidária compõem-se em geral de poucos sócios, sendo muito freqüentes, entre elas, as sociedades constituídas de apenas dois indivíduos.

TABELA 2 - Empresários segundo o local de residência e o capital (*)

CIDADES	EMPRESÁRIOS		CAPITAL		MÉDIA CAP./EMP.
	QUANT.	%	VALOR	%	
ESTADO DE GOIÁS	1.587	88	9.122.391	82	5.748
Goiânia	1.523	85	8.855.987	79	5.814
Anápolis	13	1	45.534	-	3.502
Outras	51	3	220.870	2	4.330
ESTADO DE MINAS GERAIS	39	2	394.110	4	10.105
Belo Horizonte	11	1	25.023	-	2.274
Uberlândia	15	1	323.303	3	21.553
Uberaba	8	-	12.676	-	1.584
Outras	5	-	33.108	-	6.621
ESTADO DE SÃO PAULO	44	2	897.337	8	20.394
São Paulo (Capital)	33	2	838.026	8	25.394
Outras	11	1	59.311	1	5.391
ESTADO DO R. JANEIRO	29	2	368.339	3	12.701
Rio de Janeiro (Capital)	23	2	337.420	3	14.670
Outras	6	-	30.919	-	5.153
DISTRITO FEDERAL (Brasília)	9	1	27.057	-	3.006
OUTRAS UNID. FEDERADAS	10	1	58.520	1	5.852
SEM INFORMAÇÃO	79	4	297.367	3	3.764
TOTAL	1.797	100	11.165.121	100	6.213

FONTE: Arquivos da Junta Comercial do Estado de Goiás.

(*) Valores indexados segundo taxas de inflação encontradas pelo IBGE (*Estatísticas históricas do Brasil*, 1990, v. 3), tomando-se como referência o mês de dezembro de 1963. Em Cr\$ 1.000,00.

Entre 1945 e 1950, surgiram em Goiânia os primeiros empresários residentes em outras regiões brasileiras (Estados de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro), mas já representavam 3% dos que investiam na economia da cidade. A estabilidade da condição de Capital conferida à cidade pela sua pomposa inauguração oficial - com participação de autoridades federais e estaduais procedentes de todos os quadrantes do país - e o desenvolvimento ali de um mercado urbano caracterizado pelo aumento acelerado e diversificação progressiva da demanda por bens e serviços, em decorrência do seu extraordinário crescimento populacional, devem ter-se constituído em fatores que, já então, tornavam a economia de Goiânia atraente à inversão de excedentes de capital produzidos em outras regiões brasileiras.

De 1950 a 1955, cresceu consideravelmente a participação de empresários residentes em outros Estados - 4% em Minas Gerais, 3% em São Paulo e 2% no Rio de Janeiro. No período seguinte, entre 1955 e 1960, aumentou ainda mais a participação, nos quadros do empresariado goianiense, de indivíduos fixados residencialmente em outras regiões do país - 6% no Estado de São Paulo, 3% em Minas Gerais, 2% no Estado do Rio de Janeiro e 1% em outras unidades da Federação brasileira, registrando-se também a presença de moradores de Brasília. Observe-se, no entanto, que não obstante a participação de forâneos

ocorrida ao longo da década, a predominância de indivíduos residentes no Estado de Goiás permaneceu absoluta - 90% na primeira metade da década e 88% na segunda.

Em relação ao conjunto dos anos 1950, os dados da Tabela 1 apontam para algumas ocorrências dignas de nota. Em primeiro lugar, chama a atenção o fato de o número de indivíduos residentes no Estado de Minas Gerais entre os empresários de Goiânia ter sido idêntico ao dos que moravam no interior de Goiás - 4% na primeira metade da década e 3% na última. Em seguida, realça-se o crescimento ocorrido na participação de empresários residentes no Estado de São Paulo - passaram de 3% no primeiro quinquênio, para 6% no segundo -; estes dados parecem estar indicando, em complementação aos da Tabela 2, a época em que o capital paulista teria superado o mineiro na economia urbana de Goiânia. Depois, desperta interesse a presença, então crescente naquele quadro, de investidores fixados em outros Estados distintos dos mencionados anteriormente. Por fim, surpreende a rapidez com que moradores recentes de Brasília, cidade na época em fase inicial de construção, interessaram-se em realizar investimentos empresariais na Capital goiana.

No período 1960-63, como nos anteriores, a maioria absoluta dos indivíduos que investiram empresarialmente em Goiânia residia então no Estado de Goiás - 85% na Capital e 5% no interior. Quanto aos que mantinham domicílio em outras partes, entretanto, alguns pontos merecem ser comentados. Em primeiro lugar, chama a atenção a ocorrência de um crescimento expressivo da participação de habitantes do Estado do Rio de Janeiro na composição do empresariado daquela cidade - 3% dos novos investidores -, enquanto que diminuía, na mesma época, a proporção dos que residiam no Estado de São Paulo - caiu de 6% para 2%, em relação ao período anterior. Depois, desperta surpresa a participação já significativa de moradores de Brasília entre os novos empresários de Goiânia - mais de 1% do total -, em face do então curto tempo de existência da nova Capital federal.

Passando agora ao exame da Tabela 2, chamamos a atenção para o fato de o número de empresários compreendidos em seu universo ser superior ao dos considerados na Tabela 1. Isto ocorre porque, na elaboração da primeira, apenas os casos acerca dos quais se dispunha, com base nos arquivos da Junta Comercial, de ambas as informações ali consideradas - local de residência do empresário e data de seu ingresso na organização - foram incluídos e, em relação a esta última, devido a se ter privilegiado a informação acerca do valor da participação individual dos sócios no capital das empresas, que muito raramente faltava nos registros desse órgão, grande número de outros, sobre os quais não se dispunha de uma ou de ambas aquelas informações, foi abrangido.

Segundo os dados da referida tabela, no período de tempo em causa neste trabalho, a participação de indivíduos residentes no Estado de Goiás na formação do total dos investimentos realizados na economia urbana de Goiânia pelo conjunto de empresários nela considerados foi de 82%. Para isto, a contribuição oferecida pelos que residiam na própria Capital foi decisiva - 79% .

O segundo Estado brasileiro a contribuir mais, mediante indivíduos residentes em seu território, com investimentos em capital na economia urbana de Goiânia, foi o de São Paulo - 8% do total obtido na tabela em referência. Aí, a contribuição oferecida pelos que residiam na Capital foi muito superior à dos que viviam no interior do Estado. Isto principalmente porque a média capital/empresário dos primeiros era perto de cinco vezes maior do que a dos últimos. Cabe aqui, aliás, a observação de que a média apresentada pelos investidores domiciliados na Capital paulista era mais de quatro vezes superior à dos investidores residentes no Estado de Goiás.

O terceiro foi Minas Gerais - 4% do capital considerado na Tabela 2. Com referência a este Estado, chama a atenção a média de capital por empresário obtida pelos que

residiam em Uberlândia, somente superada pelos paulistas da Capital. Os outros casos, inclusive os de Belo Horizonte e Uberaba, surpreendem pela razão inversa, ou seja, porque seus moradores tiveram uma das menores médias capital/empresário apresentadas na tabela.

Em quarto lugar esteve o Estado do Rio de Janeiro - 3% do capital da tabela. Neste caso, distinguem-se pela elevada média capital/empresário os indivíduos residentes na cidade do Rio de Janeiro; era cerca de duas vezes e meia maior que a obtida pelos que residiam em Goiânia. Ao contrário disto, os que eram domiciliados em outras cidades fluminenses apresentaram uma média de capital por empresário inferior à dos moradores do Estado de Goiás. Os empresários de Goiânia residentes em outras unidades da Federação brasileira, distintas das mencionadas acima, contribuíram, em conjunto, com 1% do capital considerado na tabela em pauta, sendo que tiveram uma média capital/empresário idêntica à dos moradores do Estado de Goiás.

Os dados que viemos examinando são incisivos em apontar o Estado de Goiás como o território onde fora originariamente acumulado o maior volume do capital privado investido na economia urbana de Goiânia, no decorrer dos primeiros trinta anos da história da cidade. Enfraquece seu poder de convencimento, entretanto, o fato de a população daquele Estado ter-se constituído, ao longo desse tempo, com grande e sempre renovada mescla de imigrantes. A ocorrência deste fato colocou-nos a possibilidade de que uma parcela daquele capital considerado goiano, com base na informação sobre o local de residência dos empresários, pudesse ter resultado da contribuição de habitantes recém-chegados ao Estado ou diretamente à cidade.

Isto gerou a necessidade de que fosse avaliado o grau de legitimidade de tais dados, em vista do objetivo que tínhamos em mente com relação a eles, mediante o uso de fonte e método distintos dos que havíamos utilizado na sua obtenção. Com referência a esta tarefa, todavia, a averiguação de valores de capital estava impossibilitada pela inexistência de outras fontes de informação diferentes da já utilizada, razão pela qual optamos por rever o aspecto da procedência do empresariado de Goiânia, desta vez, segundo os lugares de permanência duradoura de seus componentes anteriormente à ocasião em que se estabeleceram nesta condição.

Assim, recorrendo à técnica estatística da amostra aleatória, sorteamos, do conjunto dos empresários goianienses abrangidos na pesquisa realizada na Junta Comercial, cem (100) nomes de indivíduos a respeito dos quais, mediante novo procedimento de investigação, iríamos tomar alguns dados biográficos. No que se refere ao assunto em pauta neste momento, as informações a serem obtidas acerca desses indivíduos eram, em resumo, lugar de nascimento e local de residência prolongada em época anterior ao ingresso como sócios de organizações empresariais de Goiânia.

Os dados que vamos apresentar a seguir foram obtidos por meio de entrevistas, realizadas principalmente com pessoas próximas aos empresários selecionados - parentes ou, mais raramente, ex-sócios -, pois eram poucos os casos em que eles próprios permaneciam vivos. Dos cem indivíduos sorteados para compor a amostra, conseguimos informações acerca de sessenta e um. Em relação a estes, vamos apresentar primeiro os resultados sobre lugar de nascimento. Deste universo de sessenta e um empresários, apenas um indivíduo era de nacionalidade estrangeira (alemã) - 2% do total -, sendo os brasileiros naturais dos seguintes Estados: Goiás - 30 indivíduos (49%), Minas Gerais - 11 (18%), São Paulo - 8 (13%), Maranhão - 3 (5%), Piauí - 2 (3%), Bahia - 2 (3%), Paraíba - 1 (2%), Rio Grande do Norte - 1 (2%), Rio de Janeiro - 1 (2%), Santa Catarina - 1 (2%).

Assim, pois, presumindo-se o valor científico do método utilizado, constata-se que, na composição do empresariado goianiense, predominaram largamente os indivíduos naturais do próprio Estado de Goiás. Com relação a estes, a procedência segundo os

municípios de origem foi, em ordem decrescente dos números, a seguinte: Goiás (antiga Capital) - 7 indivíduos (23% dos empresários nascidos em território goiano); Catalão - 4 (13%); Palmeiras - 3 (10%); Rio Verde e Ipameri - 2 de cada município (7% em cada caso); e Goiânia, Pirenópolis, Luziânia, Guapó, Itaberaí, Cumari, Jataí, Paraúna, Buriti Alegre, Bela Vista, Santa Cruz e Pontalina - 1 indivíduo de cada município (3% cada).

Quanto aos locais de residência prolongada dos empresários anteriormente à ocasião em que ingressaram no meio empresarial de Goiânia, pelos resultados obtidos, 75% do total (46 indivíduos) residiam em municípios goianos, sendo que destes, 43% (20 indivíduos) moravam em Goiânia já desde algum tempo e os demais - 26 empresários (57% dos residentes em Goiás) - eram habitantes dos seguintes municípios: Goiás (antiga Capital) - 5 empresários (11% dos que habitavam no Estado de Goiás); Catalão - 4 (9%); Palmeiras e Ipameri - 3 em cada um (7%); Cristalina - 2 (4%); e Luziânia, Morrinhos, Bonfinópolis, Caldas Novas, Pontalina, Jandaia, Bela Vista, Leopoldo de Bulhões e Pedro Afonso - 1 indivíduo (2%) em cada município.

Entre os empresários incluídos na amostra, 15 (25% do total) residiram em outras partes do Brasil até bem próximo à ocasião de seu ingresso como sócios de empresa em Goiânia; isto é, eram recém-chegados à cidade na ocasião. A composição destes, segundo os Estados brasileiros onde residiam antes era a seguinte: São Paulo (interior) - 7 indivíduos (47% dos que habitavam fora de Goiás); Minas Gerais - 5 (33%), sendo 2 em Belo Horizonte, 1 em Uberlândia e 2 em outros municípios; e Rio de Janeiro (Capital), Piauí (interior) e lugar ignorado - 1 em cada situação (somam 20% dos recém-vindos).

Pelos resultados da amostra, então, perto da metade dos empresários de Goiânia seria nativa do Estado de Goiás e cerca de mais um quarto deles, embora tendo nascido em outras partes (sobretudo do Brasil), teria residido duradouramente no Estado antes de ingressar no meio empresarial da cidade. A outra quarta parte desses empresários, nascida também alhures, teria transferido domicílio para a cidade imediatamente antes disto.

A operação de se sobrepor os dados obtidos mediante ambos os expedientes de pesquisa que adotamos, uns em relação aos outros, produz resultados que não permitem dúvida quanto à procedência geográfica da maior parte do empresariado de Goiânia, convergindo também no sentido de indicar, com clareza, que uma proporção aproximada, embora inferior, do capital privado investido na economia da cidade teve origem geográfica idêntica à da maioria de seus detentores; ou seja, a principal contribuição à formação do empresariado e do capital privado da economia de Goiânia foi proporcionada por habitantes permanentes do próprio Estado de Goiás. A circunstância que levou a que a taxa de contribuição de habitantes deste Estado à formação daquele capital fosse menor do que a oferecida à constituição do seu empresariado foi a elevada média de capital por empresário apresentada por investidores forâneos, em comparação com os locais, particularmente dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

2. Empresários segundo as ocupações anteriores e o capital

Vamos tratar agora do aspecto de *como* o capital privado da economia urbana de Goiânia teria sido originalmente acumulado, com base na suposição de que o conhecimento acerca das atividades econômicas dos indivíduos, prévias à ocasião em que investiram empresarialmente em uma dada economia, nas condições de História Contemporânea, representa fator chave para que se possa obter resposta a esta questão.

Na tabela que se segue, dados obtidos mediante levantamento realizado nos arquivos da Junta Comercial do Estado de Goiás foram organizados, com base em classificação adotada pelo IBGE no Censo de 1960, segundo grupos, subgrupos e categorias ocupacionais. Obedecida esta classificação, uma série de agregações foi realizada em

relação a categorias e mesmo a subgrupos. No primeiro caso, o critério adotado foi o da afinidade entre ocupações de um mesmo subgrupo; no segundo, levou-se em conta a modéstia dos números encontrados pelo conjunto, o que deixava de justificar seu desdobramento. Houve situações, por outro lado, em que categorias reunidas pelo IBGE sob uma única denominação foram desmembradas, para efeitos de se realçar as condições apresentadas por alguma delas em particular.

De acordo com esta classificação, um primeiro grupo, sob o título “ocupações administrativas”, abrange três subgrupos: “proprietários”, “administradores” e “funções burocráticas ou de escritório”. Do conjunto de empresários considerados na Tabela 3, a seguir, 52% dos indivíduos pertenciam a este grupo, sendo que a maioria absoluta deles - 48% do total do conjunto - incluía-se no subgrupo dos proprietários. A participação deste grupo na formação do capital privado da economia de Goiânia foi ainda mais considerável; isto é, atingiu 57% do total da tabela em referência, sendo que a dos proprietários foi de 52%. A média de capital por empresário foi também muito elevada em comparação com os outros - mais de duas vezes superior à obtida pelo grupo colocado em segundo lugar, o das ocupações técnicas, científicas e afins. A respeito deste ponto, entretanto, os dados revelam um aspecto surpreendente, ou seja, diferentemente do que se poderia esperar, um outro subgrupo, que não o dos proprietários, alcançou uma média bem superior à destes, que foi o das funções burocráticas ou de escritório. Voltaremos ao assunto adiante.

Os dados referentes às diversas categorias ocupacionais compreendidas no grupo reservaram-nos, todavia, outras surpresas ainda maiores, a começar pelo caso dos fazendeiros, no subgrupo dos proprietários, assunto comentado na introdução a este trabalho. Como consta da Tabela 3, a participação de fazendeiros na formação do empresariado goianiense foi pouco considerável - 2% do conjunto abrangido na tabela - e a contribuição que trouxeram à formação do capital foi ainda menos significativa - 1% -, em comparação com a de outras categorias ocupacionais, principalmente do grupo dos proprietários. Voltaremos ao assunto adiante.

Os dados sobre a categoria ocupacional apresentada em seguida na tabela, a dos industriais, também nos surpreenderam. Desta vez, pelo motivo inverso ao do caso anterior. A participação dos indivíduos que se declararam possuidores desta condição, para efeitos de registro na Junta Comercial, foi de 14% na formação do empresariado da cidade e 30% na do capital. A média capital/empresário destes indivíduos foi a mais elevada entre as categorias ocupacionais relacionadas na tabela. Em face de tais dados, perguntamo-nos: *De onde teriam vindo tantos homens de dinheiro, membros novos do quadro empresarial goianiense, anteriormente ocupados em administrar investimentos seus no setor industrial da economia?*

Esta pergunta decorria da incongruência que parecia estar havendo entre os dados e a circunstância de no Estado de Goiás, de onde procedia a maior parte do empresariado de Goiânia, o setor industrial ter sido sempre pouco significativo, conforme atestam dados estatísticos produzidos pelo órgão federal responsável pelo assunto, relativos ao período de tempo que estudamos - segundo o IBGE, até 1960, a taxa mais elevada obtida pela indústria na formação da renda interna goiana foi de 6,6%, em 1948; a mais baixa foi de 3,5%, em 1955. (Anuário Estatístico do Brasil, 1973)

TABELA 3 - Empresários segundo a ocupação anterior e o capital (*)

Ocupações	Empresários Capital (Cr\$ 1.000)				
	Quant	%	Valor	%	Média Cap./Emp.
I. Administrativas	928	52	6.343.107	57	6.835

Proprietários	871	48	5.844.066	52	6.709
Fazendeiros	44	2	154.710	1	3.516
Industriais	254	14	3.387.325	30	13.335
Comerciantes	532	30	1.976.438	18	3.715
Outros Proprietários	41	2	325.593	3	7.941
Funcion. Burocráticos ou de Escritório	55	3	497.387	4	9.043
Coletores, caixas, tesour. e contadores	43	2	361.198	3	8.399
Funcionários Públicos	12	1	136.189	1	11.349
Administradores	2	-	1.654	-	827
II. Técnicas, Científicas e Afins	293	16	976.764	9	3.333
Engenheiros e Arquitetos	117	7	499.121	4	4.265
Químicos e Farmacêuticos	21	1	40.458	-	1.926
Agrôn., veterinários, cientistas e profess.	6	-	13.128	-	2.188
Médicos e Odontólogos	43	2	117.797	1	2.739
Magistrados e Advogados	64	4	176.933	2	2.764
Escritores e Jornalistas	15	1	69.998	1	4.666
Art. Plásticos, Fotógrafos e Cinegrafistas	5	-	15.849	-	3.169
Religiosos	5	-	24.554	-	4.910
Estudantes	17	1	18.926	-	1.113
III. Ind. De Transformação e Constr. Civil	78	4	66.456	1	852
IV. Comércio e Atividades Auxiliares	5	-	10.578	-	2.115
V. Transportes e Comunicações	9	-	10.150	-	1.127
VI. Ocupações Domésticas	39	2	39.278	1	1.009
VII. Sem Informação	445	25	3.718.788	33	8.356
TOTAL	1.797	100	11.165.121	100	6.213

FONTE: Arquivos da Junta Comercial do Estado de Goiás.

(*) Valores indexados segundo taxas de inflação encontradas pelo IBGE (1990), tomando-se como referência o mês de dezembro de 1963. Em Cr\$ 1.000,00.

Este foi um dos motivos pelos quais deliberamos conferir, mediante o expediente utilizado em relação à amostra a que nos referíamos atrás, a veracidade dos números que havíamos reunido acerca das atividades ocupacionais anteriores dos empresários de Goiânia, assunto de que voltaremos a tratar adiante.

Os comerciantes vêm em seguida na tabela em pauta, tendo sido de 30% a participação deles na composição do empresariado de Goiânia - eram o maior contingente - e de 18% no capital. No subgrupo dos proprietários, foi uma das categorias ocupacionais a apresentar menor média de capital por empresário; só superaram os fazendeiros, quanto a esta média. Tais dados, todavia, não nos trouxeram maior embaraço. Em primeiro lugar, porque podíamos imaginar que uma boa parte desse contingente fosse procedente da economia informal do Estado, aí incluídos desde a figura popular do mascate, até uma série de tipos que, sem se acharem estabelecidos na condição de comerciantes, podiam estar envolvidos em negócios de monta, como, por exemplo, na compra e revenda de cereais, animais de corte, ouro, pedras preciosas, etc. Depois, porque contávamos com a possibilidade de, entre os homens de negócios de outras plagas, os pequenos comerciantes terem sido os primeiros a serem atraídos para a nova cidade, conforme costumeiramente acontece em relação às áreas em recente processo de ocupação populacional e econômica.

A categoria “outros proprietários”, apresentada em seguida na Tabela 3, inclui avicultores e criadores de pequenos animais, os declarados simplesmente como “proprietários” e outros mal definidos. Formavam 2% do conjunto de empresários e contribuíram com 3% do capital considerados na tabela. Sua média de capital por empresário foi a segunda mais elevada - depois dos industriais - no conjunto dos proprietários.

No subgrupo chamado “funções burocráticas ou de escritório”, fizemos distinção entre dois segmentos, ou seja, de um lado, coletores, caixas, tesoureiros e afins, e de outro, funcionários públicos. O primeiro deles participou com 2% do conjunto de empresários e 3% do capital compreendidos na tabela em referência. Em relação a eles, chama a atenção a elevada média capital/empresário - bem superior à do conjunto do subgrupo dos proprietários -, o que levanta em nós a suspeita de que o seu capital teria outra origem que não o exclusivo exercício das profissões ou ocupações declaradas para efeitos de registro na Junta Comercial, aí consideradas as alternativas de acumulação de funções - técnica e de administração de patrimônio pessoal, por exemplo -, casamento e até corrupção. Neste último caso poderiam estar, por exemplo, responsáveis por coletorias fiscais em zonas de fronteira territorial do Estado de Goiás, onde a prática do suborno era corriqueira nas primeiras décadas do século XX.

Os funcionários públicos constituíam-se em 1% do conjunto dos empresários e também contribuíram com 1% do capital considerado na Tabela 3. O que impressiona em relação a eles é principalmente a elevada média capital/empresário; na tabela, só foram superados pelos industriais. Reunidos ao segmento mencionado imediatamente acima, formam o subgrupo em que esta média foi mais alta. Tais dados apontam para a possibilidade de ter-se transferido, para a nova sede do governo goiano, um velho costume da cultura política no Estado, a prática do nepotismo.

Passamos agora ao exame dos dados relativos ao grupo “Ocupações técnicas, científicas e afins”. Constituiu-se em 16% do empresariado goianiense e contribuiu com 9% do capital considerado na Tabela 3. A média capital/empresário apresentada por este grupo era cerca de metade da obtida pelo grupo anterior, o das ocupações administrativas. Aí, chama-nos a atenção imediatamente os números relativos aos engenheiros e arquitetos; eram 7% dos empresários e contribuíram com 4% do capital considerados na tabela. Dentro do grupo, eram 40% dos indivíduos, sendo que seu capital atingia 51% do total. Tais dados são representativos de certas características da evolução histórica de Goiânia; ou seja: de uma parte, a condição de pólo dinâmico que a área da construção civil exerceu em relação ao desenvolvimento econômico da cidade; de outra, e em decorrência da primeira, a proliferação, em seu meio, de um tipo de profissional antes extremamente raro na sociedade goiana, a quem o espírito empreendedor frequentemente é próprio.

Seguem-se, na tabela em referência, dados relativos a químicos, farmacêuticos, agrônomos, veterinários, cientistas e professores, que, pelo seu pequeno significado em termos do conjunto, tanto pelo número de indivíduos como pelo capital que investiram, mas principalmente pelo último motivo, vamos nos abster de comentar. Os médicos e odontólogos, cujos dados vêm em seguida, constituíram-se em 2% do empresariado de Goiânia e contribuíram com 1% do capital considerados na tabela. A contribuição que deram à formação de um e outro, não chegando a ser digna de nota, revestiu-se de alguma importância no contexto de que estamos tratando.

Os profissionais do direito - advogados, procuradores, juízes, etc. - colocaram-se em segundo, depois dos engenheiros e arquitetos, no grupo das funções técnicas, científicas e afins, tanto no número deles quanto no capital - respectivamente, 4% e 2% dos totais da Tabela 3. Em relação ao grupo, sua participação no capital foi significativa - 18% -; contudo, a média de capital por empresário que tiveram foi modesta: pouco mais de metade da obtida pelos engenheiros e arquitetos.

Os escritores e jornalistas tiveram uma participação surpreendente, à primeira vista, no quadro geral de que estamos tratando, isto é, 1% dos empresários e também do capital compreendidos na tabela em pauta e, principalmente, uma das mais elevadas médias capital/empresário do grupo - somente superada pela dos religiosos. Devemos observar aqui, entretanto, que a indústria editorial e gráfica constituía-se em um dos principais ramos de atividade da economia de Goiânia, que contava com duas grandes organizações privadas no campo das comunicações, os Diários Associados (cujo principal acionista era o conhecido empresário brasileiro F. A. Chateaubriand Bandeira) e as atualmente denominadas Organizações J. Câmara.

Artistas plásticos, fotógrafos e cinegrafistas tiveram pequena participação no quadro de que estamos tratando. Os religiosos, todavia, surpreenderam, nem tanto pela sua quantidade - 5 indivíduos -, mas principalmente pela elevada média capital/empresário que apresentaram, conforme assinalamos atrás. Os estudantes marcaram presença aí, mais pelo número deles - 1% do total da tabela em pauta - do que pelo capital que investiram ou a média capital/empresário que obtiveram: somas modestas em ambos os casos.

Os demais dados da Tabela 3 foram agregados segundo grupos ocupacionais, em razão do pequeno peso que tiveram no contexto geral em exame. Entre estes grupos, o de maior expressão no conjunto foi o das “Ocupações das indústrias de transformação e da construção civil” - 4% dos empresários da tabela em referência e 1% do seu capital. A média de capital por empresário obtida pelo grupo, no entanto, foi uma das mais baixas apresentadas na tabela.

Do grupo “Ocupações do comércio e atividades auxiliares”, apenas cinco indivíduos fizeram parte do empresariado goianiense. Do grupo “Ocupações dos transportes e das comunicações”, nove indivíduos estavam neste caso. O grupo sob a denominação “Ocupações domésticas” teve uma participação numericamente importante no quadro empresarial goianiense - 2% do empresariado e 1% do capital -, tendo apresentado, porém, uma pequena média capital/empresário.

3. Empresários segundo as ocupações anteriores e as origens geográficas

Diante da incoerência que parecia estar existindo entre os dados que vínhamos examinando e as condições do desenvolvimento econômico do Estado de Goiás, principalmente com referência ao pequeno peso neles representado pelos fazendeiros e, contrariamente a isto, a importância aí adquirida pelos que se declararam como industriais para efeitos de registro na Junta Comercial, conforme mencionamos atrás, deliberamos conferir o grau de fidedignidade de tais dados, mediante o recurso da amostra estatística, do modo como descrevemos antes.

De acordo com os resultados obtidos por meio de entrevistas acerca daqueles sessenta e um indivíduos componentes da amostra, a maioria dos empresários de Goiânia antes pertencera ao grupo das chamadas ocupações administrativas - 33 indivíduos (54% do conjunto deles) -, sendo que destes, o maior contingente fazia parte do subgrupo dos proprietários - 23 indivíduos (38%) -, do seguinte modo: 1 fazendeiro (2%), 2 pequenos agricultores (3%), 6 industriais (10%), 13 comerciantes (21%), 1 proprietário de empresa de transportes (2%). O segundo maior contingente dentro deste grupo era o dos que haviam anteriormente se ocupado com funções burocráticas ou de escritório - 8 indivíduos (13% do total da amostra) -, sendo que deles 4 eram funcionários públicos (7%) e os restantes coletores ou bancários (7%). Por último vinha a subgrupo dos administradores, com 2 indivíduos - 3% do total da amostra.

Repare-se que não obstante exista alguma divergência entre estes percentuais e aqueles encontrados com base nos arquivos da Junta Comercial, os dois conjuntos de

dados convergem no sentido de indicar certos aspectos importantes da constituição do empresariado de Goiânia, referentes ao esclarecimento da questão de *como* o capital privado de sua economia foi preliminarmente acumulado. Com relação ao grupo de que acabamos de tratar, absolutamente majoritário na formação do empresariado desta cidade, de acordo com ambos os conjuntos de dados, os pontos de maior interesse para o nosso caso são a participação pouco considerável de fazendeiros no quadro empresarial goianiense, a predominância aí de comerciantes e industriais, e o peso que nele adquiriu a presença de funcionários públicos.

Conforme os resultados da amostra, 25% dos empresários de Goiânia (15 indivíduos) possuíam habilitação para exercer funções técnicas, científicas e afins ou eram estudantes: 3 engenheiros (5% do total da amostra), 1 agrônomo (2%), 3 médicos (5%), 2 advogados (3%), 3 professores (5%), 1 jornalista (2%), 2 estudantes (3%). Tais dados confirmam os da Tabela 3, atrás, no que se refere à importância da participação que tiveram os engenheiros na composição do empresariado de Goiânia, mas destoam daqueles ao realçar a participação aí de médicos e principalmente de professores. Nestes últimos casos, como também em outros, o mais provável é que isto tenha resultado de situações em que a informação prestada para efeitos de registro na Junta Comercial e a que se obteve mediante entrevista correspondam a duas funções diferentes exercidas por um mesmo indivíduo.

A contribuição oferecida por antigos trabalhadores das indústrias de transformação e da construção civil na constituição do empresariado de Goiânia, segundo os resultados obtidos em relação à amostra, foi de 10% (6 indivíduos); isto é: 1 mecânico (2% do total da amostra), 2 costureiras (3%), 1 sapateiro (2%), 2 profissionais da construção civil (3%). Por estes dados, a participação do grupo na composição do quadro empresarial da cidade teria sido bem superior à indicada na Tabela 3, atrás, com base em dados coletados na Junta Comercial - 4%, conforme estes. Embora tal discrepância exija atenção, em se tratando de uma cidade em que a indústria artesanal deteve grande importância, sobretudo nos seus primórdios, e onde havia falta de profissionais capacitados para atuação em diversos de seus ramos, para o que temos em mente neste momento, porém, possui importância secundária, posto que, ao que tudo indica, a contribuição que tal grupo pôde oferecer à constituição do capital privado da economia urbana de Goiânia foi reduzida.

Dos resultados obtidos em relação à amostra constam ainda 3 trabalhadores do comércio (5% do conjunto nela abrangido), 2 das ocupações domésticas (3%), 1 jogador de futebol (2%) e 1 de ocupação ignorada. Chama-nos a atenção aí a presença dos primeiros porque, conforme já assinalamos em relação a outros casos, a probabilidade de que tenham reunido capital exclusivamente por meio de seu trabalho na condição de empregados parece remota. Recordemos que estamos aqui tratando apenas dos principais sócios de organizações empresariais da cidade, que, por pequenas que tenham sido, detiveram solidez suficiente para manterem-se em funcionamento ao menos por cinco anos.

A mais importante contribuição oferecida pela amostra à elucidação das questões em pauta neste trabalho, de *onde* e *como* o capital aplicado empresarialmente em Goiânia teria sido preliminarmente acumulado, foi proporcionada pelo cruzamento de seus dados entre si, para, mediante sobreposição dos resultados desta operação aos obtidos com o levantamento da Junta Comercial, conseguir elucidar alguns pontos para nós obscuros com referência a estes.

Tomemos primeiro os indivíduos que antes de ingressarem como sócios de empresas em Goiânia exerciam ocupações administrativas, a maior parte dos empresários da cidade. Segundo os dados da amostra, 82% deles residiram duradouramente em Goiás antes de realizar o investimento - 44% destes já em Goiânia e 56% em municípios do interior. No conjunto do grupo, 58% dos indivíduos eram nativos do próprio Estado. Este grupo contribuiu, conforme os dados reunidos com base nos arquivos da Junta Comercial,

seguramente, com mais da metade do volume de capital aplicado no setor privado da economia de Goiânia pelo conjunto de empresários abrangidos em nossa pesquisa; provavelmente com mais que isto, posto que grande parte daqueles a respeito dos quais não se obteve informação sobre as ocupações anteriores, por certo pertencia ao grupo.

Tais dados são, por si só, muito contundentes em confirmar a indicação que vínhamos tendo de que a maior parte do capital investido empresarialmente em Goiânia fora acumulado nos próprios limites do Estado de Goiás. Seus desdobramentos contribuem também, decisivamente, para o esclarecimento da questão de como, ou seja, que atividades econômicas propiciaram esta acumulação. Examinemos primeiro os casos acerca dos quais pairaram nossas principais dúvidas.

Começando pelo caso dos proprietários rurais - 1 fazendeiro e 2 pequenos agricultores -, verificamos que nenhum deles tinha nascido em Goiás ou residira duradouramente no Estado, anteriormente à ocasião em que investiram empresarialmente em Goiânia. Isto significa, surpreendentemente, que o capital originário da atividade produtiva rural representado, ao menos parcialmente, pela soma que investiram juntos tais indivíduos na economia de Goiânia, fora acumulado em outras partes que não em Goiás.

Quanto aos industriais, segundo os resultados da amostra, 83% deles residiam no Estado de Goiás há bastante tempo quando realizaram investimentos empresariais nessa cidade - destes, 60% em Goiânia mesmo e 40% em municípios do interior. Do conjunto de tais indivíduos, entretanto, apenas 17% eram goianos por nascimento. Isto significa, então, que muito embora grande parte do capital procedente do setor industrial da economia investido na cidade tenha sido acumulada em território goiano, era forânea a maioria dos agentes humanos promotores desta acumulação. E isto também indica que uma parcela considerável deste capital fora acumulada já na própria cidade, o que nos leva a deduzir que segmentos importantes da economia urbana de Goiânia estiveram excluídos de nossa pesquisa - limitada que esteve ela à chamada "escala possível". As empresas de tipo individual, as do comércio varejista e as que funcionavam mediante mecanismos da economia informal devem ter sido responsáveis por boa parte dessa acumulação.

Em relação aos comerciantes, os resultados da amostra não ofereceram grande surpresa quanto às origens geográficas - 69% eram naturais do Estado de Goiás, outros 8% residiam aí desde muito tempo e 23% eram forâneos. Os dados acerca das localidades de moradia dos indivíduos domiciliados no Estado é que surpreenderam, principalmente se comparados com os anteriores acerca dos industriais - 80% deles residiam em municípios do interior e apenas 20% na Capital. Isto aponta para duas possibilidades não excludentes entre si; isto é, por um lado, as oportunidades oferecidas à acumulação de capital mediante atividades comerciais levadas a efeito no interior do Estado teriam sido bastante vantajosas; e, por outro, na economia urbana de Goiânia, o setor industrial teria propiciado, em comparação com estas, melhores condições de reprodução ao capital.

As outras categorias ocupacionais que, no grupo, bem como no conjunto do universo considerado na pesquisa, detiveram importância numérica e também quanto à participação que tiveram na formação do capital privado da economia de Goiânia foram os funcionários públicos, de um lado, e coletores, bancários, contadores e afins, de outro. Segundo os resultados da amostra, residia em Goiás a totalidade dos componentes de ambas estas categorias, sendo que eram naturais do Estado 100% dos primeiros e 75% dos últimos. Em relação a tais indivíduos, entretanto, pode-se apenas levantar conjecturas acerca das possibilidades que tiveram de ganhar dinheiro, exercício que levamos a efeito atrás, mas que carece de base empírica que o sustente satisfatoriamente.

No grupo das ocupações técnicas, científicas e afins, o segundo colocado em importância no setor empresarial de Goiânia, conforme já vimos, de acordo com os resultados da amostra, 73% dos indivíduos residiam no Estado de Goiás há algum tempo,

dos quais, 55% em Goiânia e 45% no interior. Do conjunto deles, 47% nasceram no Estado. Neste caso, ao que indicam estes dados, embora o interior do Estado tivesse oferecido condições de se ganhar dinheiro através do exercício de funções tecnicamente qualificadas, uma parte do capital investido pelo grupo teria sido reunida mediante atividades profissionais e/ou empresariais levadas a efeito na própria cidade

Um outro grupo ainda merece comentário, o das ocupações da indústria, se nem tanto pelo peso que teve em número de indivíduos ou pelo capital que investiu no setor empresarial privado de Goiânia, principalmente pela importância que tiveram, certamente, as qualificações profissionais que possuíam seus integrantes, para o surgimento e expansão do setor industrial de uma economia em que a mão-de-obra qualificada era muito escassa. Pelos resultados da amostra, 67% dos indivíduos pertencentes ao grupo residiram no Estado de Goiás duradouramente antes de realizar investimentos empresariais em Goiânia; contudo, apenas 33% deles haviam nascido no Estado. Antes da fundação desta cidade, as atividades artesanais de tipo urbanas eram muito pouco desenvolvidas em Goiás, achando-se ligadas principalmente ao esquema de auto-suficiência das unidades de produção rurais.

Conclusão

Os dados apresentados neste trabalho são incisivos em apontar a área geográfica de *onde* se originou a maior parte do capital aplicado empresarialmente na economia de Goiânia, no curso de seus primeiros 30 anos; isto é: o território do próprio Estado de Goiás. Não obstante isto, foi significativa, conforme tais dados, a contribuição que ofereceram à formação daquele capital outras regiões brasileiras, sobretudo a Sudeste - Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Se tais constatações não surpreendem, propriamente, isto já não ocorre no que se refere à questão de *como* aquele capital foi acumulado, preliminarmente à sua inversão na economia da cidade. Segundo os dados, as maiores parcelas de que se formava o capital privado e empresarial desta economia provinham de atividades industriais e comerciais, sobretudo das primeiras. Isto é muito surpreendente, em face do pequeno peso que teve o setor industrial na economia do Estado de Goiás, no decorrer do conjunto temporal que estudamos. Os dados, porém, não deixam margem de dúvida quanto a este ponto: a maior contribuição oferecida ao desenvolvimento da economia de Goiânia resultou do reinvestimento de excedentes econômicos produzidos pelo setor industrial, seja da própria cidade, do Estado de Goiás ou de outras partes.

Mas, os dados referentes às categorias ocupacionais dos empresários de Goiânia, ao longo dos primeiros trinta anos da história desta cidade, reservavam-nos surpresas ainda maiores, cabendo menção especial, entre elas, o caso dos fazendeiros: foi pequeno o número de proprietários rurais na constituição do empresariado urbano da nova Capital goiana; e, o que é mais importante, foi pouco considerável a participação que tiveram na formação do volume de capital aplicado empresarialmente na cidade.

Esta constatação, frustrando nossas expectativas quanto aos prováveis resultados da pesquisa aqui em foco, levantava, por outro lado, novas indagações, sendo que algumas delas remetem-nos ao terreno das motivações econômicas ou ao das qualidades pessoais exigidas ao empresário: será que a este grupo de homens faltou “vocação” ou, quem sabe, “talento”, para atividades do tipo empresarial-urbano? ou, diferentemente disto, a atividade produtiva rural teria oferecido condições tão ou mais vantajosas à reprodução de capital que essas urbanas?

Esta última possibilidade parece-nos com maior probabilidade de acerto, já que vocação e talento empresariais, ao que tudo indica, não faltaram a este grupo de homens. A partir dos anos 1940, e cada vez mais crescentemente depois, o setor agropecuário da

economia do Estado de Goiás tem-se desenvolvido em moldes empresariais. Estamos aqui nos referindo à antiga parte sul do Estado que hoje recebe este nome, de onde era originária, segundo os dados, a totalidade dos empresários de Goiânia abrangidos na pesquisa.

Com isto, fica para nós demonstrado o equívoco em que havíamos incorrido aventando a hipótese de que um volume considerável de excedentes produzidos pelo setor primário da economia desse Estado deveria ter sido carreado para Goiânia, sendo esta a origem provável de uma das parcelas mais importantes do capital privado da economia urbana da nova cidade.

Devemos aqui lembrar, entretanto, que não obstante isto, a existência de tais excedentes foi responsável pela criação de um mercado interno em Goiás para bens e serviços produzidos nesta cidade, sem esquecer, também, da parcela que, pela via fiscal, transferia para ela o Estado – melhor dizendo, o governo estadual, que além de se encarregar da implantação da cidade, ocupou-se, de forma quase exclusiva (ignorando o poder público municipal), com administração do seu desenvolvimento, ao longo do tempo aqui em causa. De um modo ou de outro, portanto, a produção de excedentes pelo setor agropecuário do Estado de Goiás constituiu-se, certamente, em fator fundamental do qual dependeu o desenvolvimento da economia urbana de Goiânia.

Bibliografia

- ALMEIDA, Ana Luiza. Os comerciantes da fronteira. In: LAVINAS, Lena (Org.). *A urbanização da fronteira*. Rio de Janeiro: PUBLIPUR/UFRJ, 1987, v.I, pp. 61-89.
- BERTRAN, Paulo. *Formação econômica de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1978.
- CAMPOS, Francisco Itami. *Questão Agrária: bases sociais da política goiana (1930-1964)*. São Paulo, 1985. Tese (doutorado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo.
- DOLLES, Dalísia. A primeira fase da ocupação agrícola de Goiás - 1890-1945. *Cadernos de Ciências Humanas*, Goiânia, Editora da UFG, 1980. (Série Estudos Regionais, No. 1)
- DUARTE, Aluísio (Coord.). *Região Centro-Oeste*. Rio de Janeiro: IBGE/Diretoria de Geociências, 1988.
- GOVERNO MAURO BORGES TEIXEIRA. *Plano de Desenvolvimento de Goiás*. Goiânia: s/e, 1961, v. I.
- MACIEL, Dulce Portilho. *Goiânia (1933-1963): Estado e capital na produção da cidade*, Niterói, 1996. Tese (doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal Fluminense.
- PALACIN, Luis. *Quatro tempos de ideologia em Goiás*. Goiânia: Gráfica de Goiás-CERNE, 1986.
- PALACIN, Luis e MORAIS, Maria Augusta. *História de Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1986.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA (Org.). *Memória cultural - ensaios da história de um povo*. Goiânia: Prefeitura Municipal de Goiânia, 1985. (Depoimentos)
- SILVA, Ana Lúcia. *A Revolução de 30 em Goiás*. São Paulo, 1982. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo.